

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.858.129 - MG (2020/0009110-2)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**RECORRIDO : EDINALDO JOSE ABRAHAO**  
**ADVOGADOS : RENATO STECCA CARCIOFI - MG112798**  
**MARITA AMORELLI ANDRADE - MG104967**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com amparo nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão do TRF da 1ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 375):

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA EM APELAÇÃO - NÃO PROVIMENTO.

1 - Não prospera o agravo interno aviado, que se finca no art. 994, III, c/c §1º do art. 1.021 do CPC/2015, e no art. 306 do RI-TRF1.

2 - O exame do agravo interno/regimental em si, que - em atenção ao princípio da colegialidade - ocorre sob a jurisdição do Órgão Fracionário, convalida qualquer dúvida/resistência que porventura haja quanto à exata circunstância de ser ou não a questão, no concreto, passível de solução monocrática/isolada pelo relator, à luz do art. 557-CPC/1973 ou art. 932-CPC/2015.

3 - A decisão agravada, ao concluir pela improcedência do pedido (desaposentação/reaposentação), submetendo-se à qualificada posição do STF no RG-661.256/SC, aspecto de todo favorável à parte-ré (ora agravante), explicitou por quais razões jurídicas e jurisprudenciais (colacionando precedentes hábeis para tanto) eximiu a parte autora da obrigação de restituir valores percebidos por força da antecipação de tutela ou da sentença e, ainda, fixou os ônus sucumbenciais (custas/honorários) nos patamares então explicitados, em argumentos e compreensões que a parte agravante, para além da só esforçada resistência técnica em defesa dos seus interesses, não elidiu.

4 - Dada a vitória no mérito, a interposição deste recurso, ao adiar o trânsito em julgado e, assim, a pronta reversão dos efeitos da improcedência do pedido de mérito em si, soa - aliás - de pouco interesse jurídico residual à parte recorrente, notadamente, ainda, pela robustez dos fundamentos e motivações da decisão recorrida, que é ampla e harmônica, em temas - não o bastante - absolutamente já pacificados no âmbito desta Turma, o que quase tangencia a protelação e por muito pouco não malfere os princípios da colaboração e da celeridade (art. 8º, VII, c/c art. 139, III, art. 4º e 6º, do CPC/2015).

5 - Agravo interno não provido.

Não houve oposição de embargos de declaração.

Alega o insurgente a existência de contrariedade ao disposto nos arts. 85, §§ 2º, 3º e 4º, e 1.022 do CPC de 2015. Assevera que, nas causas em que for parte a Fazenda Pública, o art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015 estabeleceu critérios objetivos para fixação dos honorários de sucumbência com base no valor da condenação ou do proveito econômico obtido na demanda.

Pugna pelo provimento do presente recurso para "[...] afastar a violação aos preceitos acima e condenar a parte vencida a pagar honorários de sucumbência entre 10% a 20% do valor da causa" (e-STJ, fl. 381).

Argumenta, ainda, que a Corte local não analisou a tese de que, no presente caso, seria aplicável o art. 85 do CPC de 2015 para a fixação dos honorários de sucumbência.

Admitido o recurso especial na origem, subiram os autos a esta Corte de Justiça.

É o relatório.

Quanto à tese de omissão do acórdão recorrido, tem-se que o provimento do apelo extremo por contrariedade aos arts. 489, § 1º, e 1.022, II, do CPC/2015 pressupõe que sejam demonstrados, fundamentadamente, entre outros, os seguintes motivos: (a) a questão supostamente omitida foi tratada na apelação, no agravo ou nas contrarrazões a estes recursos, ou, ainda, que se cuida de matéria de ordem pública a ser examinada de ofício, a qualquer tempo, pelas instâncias ordinárias; (b) houve interposição de aclaratórios para indicar à Corte local a necessidade de sanear a omissão; (c) a tese omitida é fundamental à conclusão do julgado e, se examinada, poderia levar à sua anulação ou reforma; (d) não há outro fundamento autônomo, suficiente para manter o acórdão. Esses requisitos são cumulativos e devem ser abordados de maneira fundamentada na petição recursal, sob pena de não se conhecer da alegação por deficiência de fundamentação, dada a generalidade dos argumentos apresentados.

Com efeito, a parte recorrente não interpôs, na origem, embargos de declaração, de modo que inviável a alegação de violação do art. 1.022 do CPC, por ausência de técnica própria indispensável à apreciação do recurso especial. Nesse contexto, tem incidência, o que justifica a aplicação da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

A esse respeito, destaco o seguinte precedente:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DEFESA DO MEIO AMBIENTE. RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL. ALEGADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. RESPONSABILIDADE DE NATUREZA OBJETIVA. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. INCIDÊNCIA DO

PRINCÍPIO *TEMPUS REGIT ACTUM*. INAPLICABILIDADE DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão publicada em 16/06/2017, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73.

II. Na origem, trata-se de Ação Civil Pública, ajuizada pelo Ministério Público de São Paulo contra a parte agravante, objetivando a demolição de imóvel construído em área de preservação permanente, bem como a recuperação dos danos ambientais causados. O acórdão do Tribunal de origem manteve a sentença, que julgara procedente o pedido.

III. A parte recorrente não interpôs, na origem, Embargos de Declaração, de modo que inviável a alegação de violação ao art. 535 do CPC/73, o que caracteriza ausência de técnica própria indispensável à apreciação do Recurso Especial. Nesse contexto, tem incidência, por analogia, a Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

[...]

IX. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.100.789/SP, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/12/2017, DJe 15/12/2017)

Quanto ao mais, a tese de aplicação ao caso dos honorários na forma prescrita pelo art. 85 do CPC não foi objeto de análise, nem sequer implicitamente, pela instância de origem. Dessa forma, impõe-se o não conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento, entendido como o necessário e indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal com base no art. 105, III, da Constituição.

Se a parte recorrente constatou alguma omissão, contradição ou obscuridade no acórdão impugnado, ainda que a questão federal tenha surgido somente no julgamento no Tribunal de origem, deveria ter oposto embargos declaratórios, a fim de que fosse suprida a exigência do prequestionamento e viabilizado o conhecimento do recurso em relação aos referidos dispositivos legais. E, caso persistisse tal omissão, seria imprescindível a alegação de violação do art. 1.022 do CPC por ocasião da interposição do recurso especial, com base na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, sob pena de incidir no intransponível óbice da ausência de prequestionamento.

Incide no caso, portanto, o disposto nas Súmulas 282 e 356 do STF, a seguir transcritas:

Súmula 282: "É inadmissível o Recurso Extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida a questão federal suscitada."

Súmula 356: "O ponto omisso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento."

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Og Fernandes  
Relator